

COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZÉNS GERAIS

CNPJ/MF 61.145.488/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2013. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2013	2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	466	881
Contas a receber de clientes	6	1.932	2.810
Estoques	7	1.517	974
Impostos e contribuições a recuperar		1.383	-
Adiantamentos a fornecedores		35	32
Outras contas a receber		302	1.495
Total do ativo circulante		5.635	6.192
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	12	12.797	11.247
Imobilizado	9	197.220	120.449
Total do ativo não circulante		210.017	131.696

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2013	2012
Passivo circulante			
Fornecedores	10	7.412	1.824
Empréstimos e financiamentos	11	2.342	1.102
Obrigações sociais trabalhistas		4.067	3.860
Impostos e contribuições a recolher		775	457
Dividendos a pagar	14	1.057	1.668
Outras contas a pagar		238	1.093
Total do passivo circulante		15.891	10.004
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	45.346	4.057
Impostos e contribuições a recolher		675	733
Provisões para contingências	12	14.167	12.760
Operações de mútuo	14	37.202	12.260
Passivo fiscal diferido	8	15.221	14.317
Total do passivo não circulante		112.611	44.127
Patrimônio líquido			
Capital social		20.726	20.726
Reserva legal		2.881	2.658
Retenção de lucros		40.384	33.008
Ajuste de avaliação patrimonial		23.159	27.365
Total do patrimônio líquido	16	87.150	83.757
Total dos passivos		128.502	54.131
Total dos ativos		215.652	137.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 2011	20.726	2.307	23.029	32.340	-	78.402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.022	7.022
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	351	-	-	(351)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.667)	-	(1.667)	-
Retenção de lucro	-	-	11.646	-	(11.646)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(4.975)	4.975	-
Em 2012	20.726	2.658	33.008	27.365	-	83.757
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.450	4.450
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	223	-	-	(223)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.057)	(1.057)
Retenção de lucro	-	-	7.376	-	(7.376)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(4.206)	4.206	-
Em 2013	20.726	2.881	40.384	23.159	-	87.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Companhia tem sede na capital de São Paulo, possui como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário.

2. Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e do imobilizado cujo custo atribuído, reconhecidos nos balanços patrimoniais e, **Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa 13 - Instrumentos financeiros;
- Nota explicativa 15 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.c.iii - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa 12 - Provisão para contingências; • Nota explicativa 23 - Benefícios a empregados.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** (i) *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são reconhecidas no resultado do exercício. **b. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os instrumentos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) *Ativos a receber de clientes:* Partes relacionadas, Adiantamentos a fornecedores e Outros créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) *Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido, se deliberados antes do final do exercício. **c. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do custo atribuído e deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que é substituído é reduzido ao custo de reposição no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2013
Máquinas e equipamentos	8,86%
Equipamentos processamento de dados	30,91%
Móveis e utensílios	5,70%
Veículos	10,11%
Benefeitorias em propriedade de terceiros	2,83%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **e. Redução ao valor recuperável de ativos (Imparidade):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro é mensurado pelo valor justo por meio do resultado e é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza técnicas históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente de futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base

razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Benefícios a empregados:** (i) *Planos de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos em que os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. (ii) *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (iii) *Benefícios pós-emprego:* Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são avaliados a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e as provisões são reconhecidas, caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações desses benefícios são apresentadas na nota explicativa 24. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **h. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados. **i. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto. **j. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, e variações a débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data

9. Imobilizado

	2013	2012
Custo		
Saldo em 2011	93.960	770
Adições	51	29
Alienações	-	(47)
Transferências	1.074	243
Saldo em 2012	95.085	995
Adições	-	(4)
Transferências	29	31
Saldo em 2013	95.386	1.043
Depreciações		
Saldo em 2011	(58.094)	(470)
Depreciações do exercício	(7.323)	(74)
Alienações	-	36
Saldo em 2012	(65.417)	(508)
Depreciações do exercício	(6.202)	(130)
Alienações	-	3
Saldo em 2013	(71.619)	(635)
Valor contábil		
Em 2011	29.668	487
Em 2012	23.767	408

Bens em construções: A Companhia está efetuando reformas/adequações em um de seus armazéns arrendados, para armazenagem e embarque de produtos a granel.

10. Fornecedores

	2013	2012
Mercado interno	7.412	1.824
	7.412	1.824

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa 13.

11. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 13.

	2013	2012
Passivo circulante		
BNDES - Finame	1.098	1.102
BNDES - Finem	1.244	-
	2.342	1.102

	2013	2012
Passivo não circulante		
BNDES - Finame	2.975	4.057
BNDES - Finem	42.71	-
	45.346	4.057
	47.688	5.159

Termos e cronograma de amortização da dívida: Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

	2013	2012
Moeda	R\$	TJLP
Indexador	TJLP	3,17% 2013 a 2016
Taxa média anual de juros	4,073	4,073
Ano de vencimento	2,22%	2013 a 2022
Valor contábil	43.615	43.615
Valor justo	-	-
Valor residual	47.688	47.688
Valor líquido	5.159	5.159

O empréstimo do BNDES-FINEM teve seus custos capitalizados na construção de ativos qualificados no valor de total de R\$ 697 em 31 de março de 2013.

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos

	2013	2012
2013	2.342	
2014	5.924	
2015	5.924	
2016	5.853	
2017	4.842	
2018	4.842	
2019	4.842	
2020	4.842	
2021	4.842	
2022	3.635	
	47.688	

12. Provisão para contingências

A Administração da Companhia, e base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 2011	10.923	1.219	12.142
Provisões feitas durante o exercício	1.017	249	1.266
Provisões utilizadas durante o exercício	(58)		

—* continuação

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2013						
Fornecedores	7.412	7.412	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	47.688	591	1.751	5.925	16.420	23.001
Outras contas a pagar	238	238	—	—	—	—
2012						
Fornecedores	1.824	1.824	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	5.159	561	541	1.082	2.975	—
Outras contas a pagar	1.093	1.093	—	—	—	—

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, e alguns saldos a receber e a pagar, todos denominados em reais. A Administração avalia regularmente a contratação de operações de hedge (*Non-Deliverable Forwards*) como instrumento para redução desses riscos. **Instrumentos de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumento financeiro vinculado a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Valor justo:** *Valor justo versus valor contábil:* Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2013	2012		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos:				
Depósitos à vista		461	461	169
Aplicações financeiras		—	—	700
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	1.932	1.932	2.810	2.810
Outras contas a receber	302	302	1.495	1.495

	2013	2012		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos designados pelo valor justo por meio do resultado				
Fornecedores	7.412	7.412	1.824	1.824
Empréstimos e financiamentos	47.688	47.688	5.159	5.159
Operações de mútuo	37.202	37.202	12.260	12.260
Adiantamentos	320	320	—	—
Dividendos a pagar	1.057	1.057	1.668	1.668

Hierarquia de valor justo: A seguir, uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. • **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • **Mensurações de valor justo de Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2013			
Ativo			
Depósitos à vista	461	—	—
2012			
Ativos			
Depósitos à vista	169	—	—
Aplicação financeira	—	700	—

	Nota	2013	2012
Ativo circulante			
Contas a receber			
Copersucar S.A.		662	—
Cooperativa		1.270	2.810
		<u>1.932</u>	<u>2.810</u>

	2013	2012
Passivo circulante		
Adto. Clientes		
Copersucar S.A.		320
Dividendos		
Copersucar S.A.		1.057
Passivo não circulante		
Mútuo		
Copersucar S.A.		37.202
Venda de serviços		
Cooperativa		41.125
Copersucar S.A.		30.652
Copersucar Trading A.V.V.		5.308
		<u>2.103</u>
		<u>30.275</u>
		<u>21.849</u>
		<u>76.708</u>
		<u>54.604</u>

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Arrepar Participações S.A., Copersucar Armazéns Gerais S.A., Copersucar Trading A.V.V. e Copersucar S.A.) e referem-se basicamente a: **Vendas de serviços** - Operações de vendas de serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àqueles realizados com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. **Valores ativos** - Conta movimento refere-se a reembolso de despesas com a parte relacionada. **Valores passivos** - (a) Adiantamentos recebidos para fornecimento e serviços; (b) Dividendos a pagar para controladoras diretas; (c) Contratos de mútuo com a controladora com taxas normais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Tomadora	Banco	Vencimento	Valor
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Bradesco	2016	2.036 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Banco do Brasil	2016	2.037 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Banco do Brasil	2022	43.615 (b)
			<u>47.688</u>

Os empréstimos são garantidos por avais e alienação fiduciária de bens: (a) Cooperativa e (b) Copersucar S.A. **Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. foi contratada por Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A., Arrepar Participações S.A. e Cooperativa para prestação de serviços de armazenagem, embarque de açúcar VHP a granel e açúcar cristal ensacado para exportação em sistema de *pool* no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 3.047.000 (três milhões e quarenta e sete mil) toneladas de açúcar a granel e de 377.000 (trezentos e setenta e sete mil) toneladas de açúcar cristal ensacado, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total deverá ser embarcada em até 31 de março de 2014, doravante o período de embarque.

15. Arrendamento mercantil operacional
Arrendamento como arrendatário: Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2013	2012
Até um ano	3.301	3.165
Acima de um ano - até cinco anos	14.954	14.427
Mais de cinco anos	118.638	125.050
Total	136.893	142.642

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional os montantes de R\$ 3.116 em 2013 (R\$ 2.933 em 2012). A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O contrato de arrendamento com prazo de vigência até março de 2016 e foi renovado durante o exercício corrente, passando a vigorar até março de 2036. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

16. Patrimônio líquido
O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 20.726 em 31 de março de 2013 e 2012, representado por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76, em 31 de março de 2012 a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização de reserva de lucros, cuja decisão será deliberada pelos acionistas durante o próximo exercício. **Reserva de lucros:** • *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • *Reserva de retenção de lucros:* Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2013 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. **Ajustes de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de abril de 2009. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei.

17. Receitas líquidas
A receita operacional corresponde a R\$ 84.561 em 2013 (R\$ 65.069 em 2012), respectivamente. Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2013	2012
Receita bruta	91.813	70.913
Menos:		
Impostos sobre serviços	(7.252)	(5.844)
	<u>84.561</u>	<u>65.069</u>

	2013	2012
18. Outras receitas		
Retenção de provisões ações judiciais trabalhistas	241	589
Resultado da venda de bens	—	53
Outras receitas	115	46
Total	356	688

	2013	2012
19. Outras despesas		
Provisão de passivo (tributário e ações trabalhistas)	(532)	(570)
Processos judiciais	—	(508)
Despesas gerais	(107)	(88)
Total	(639)	(1.166)

	2013	2012
20. Financeiras líquidas		
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	150	1.167
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	—	429
Descontos obtidos	—	13
Variação cambial de clientes	70	11
Outras receitas	—	62
	<u>220</u>	<u>1.682</u>

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.209)	(711)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(3)	—
Corretagem despesas bancárias	(138)	(54)
Imposto sobre operações financeiras	(153)	(151)
Outras despesas	(820)	(485)
	<u>(4.323)</u>	<u>(1.401)</u>
	<u>(4.103)</u>	<u>281</u>

DIRETORIA

Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente
Luis Roberto Pogetti - Diretor Presidente

Genilson Silva Melo - Diretor
Maurício de Mauro - Diretor

Soren Hoed Jensen - Diretor
Alexandre de Mattos Setten - Diretor

Contador - Carlos Cavalcante Guimarães - CRC-TC 1SP194441/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

	2013	2012
21. Despesas por natureza		
Despesas por natureza		
Despesas com material	(5.393)	(3.779)
Despesas com pessoal	(26.504)	(22.267)
Depreciação e amortização	(8.574)	(9.635)
Gastos gerais com alugueis e manutenção	(8.509)	(8.118)
Gastos gerais com serviços logísticos	(10.414)	(2.753)
Outros gastos gerais	(11.703)	(12.708)
	<u>(71.097)</u>	<u>(59.260)</u>

Classificadas como:
Custo dos serviços prestados (68.157) (55.556)
Administrativas e gerais (2.940) (3.704)
(71.097) (59.260)

22. Despesa com imposto de renda e contribuição social
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	9.078	5.611
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
• Pela alíquota fiscal combinada	(3.063)	(1.884)
Adições permanentes:		
Outras	(56)	(19)
Exclusões permanentes:		
Outras	(1.509)	3.313
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.628)	1.410
Alíquota efetiva	51%	25%
Impostos correntes	(3.724)	(1.317)
Impostos diferidos	(904)	2.727

23. Benefícios a empregados
A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica (subsídio cruzado):** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica padrão, onde não há contribuição mensal dos funcionários, a exceção se dá quando há opção por um plano diferenciado, neste caso o funcionário arca com o acréscimo do custo mensal. Nesse sentido, de acordo com a Lei 9.656/98, é previsto para funcionários que exerçam tal contribuição, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes para os funcionários ativos, desde que o funcionário que tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas acima, assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos: • *Demitidos sem justa causa ou exonerados:* O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses. • *Aposentados:* Para funcionários com vínculo de 10 anos ou mais: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, pelo tempo que desejar. Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por Companhia terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes. **Seguro de vida:** Para os empregados incluídos neste benefício até 2005 e que se aposentaram na Companhia Auxiliar, a Companhia paga o prêmio do seguro à Seguradora. Em caso de morte do segurado o pagamento do capital segurado ao beneficiário é realizado pela seguradora. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado parcialmente durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais. Para a realização dos cálculos, as premissas abaixo foram utilizadas para este benefício:

Variáveis	Premissa
Frequência	1
Idade média	66
Expectativa de sobrevivida	19,15
Prêmio médio mensal	99,07
a) Método de avaliação atuarial: O método utilizado no cálculo atuarial foi o método do crédito unitário projetado. Esse método determina um custo, relativo ao benefício futuro a que o participante terá direito, a ser acumulado durante o seu período de atividade até que se torne elegível ao benefício. b) Premissas e hipóteses atuariais: As hipóteses biométricas e financeiras apresentadas abaixo foram utilizadas na avaliação atuarial:	
Mortalidade geral	AT - 2000
Mortalidade de inválidos	N/A
Entrada em invalidez	N/A
Taxa de rotatividade	N/A
Taxa esperada de inflação	5,70% a.a.
Taxa nominal de desconto	10,20% a.a.
Crescimento nominal de custos com seguro de vida	7,81% a.a.
Crescimento nominal de renda vitalícia	5,70% a.a.

Plano de contribuição definida: As despesas com o plano de contribuição definido vigente atualmente totalizaram R\$ 108 no ano de 2013 (R\$ 99 em 2012).

24. Cobertura de seguros
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de março de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 455.002, referindo-se a danos materiais e responsabilidade civil.

25. Evento subsequente
A emissão das demonstrações financeiras foi aprovado pela Diretoria em 22 de maio de 2013.

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de junho de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3